PACTO PARA A SAÚDE E A EDUCAÇÃO

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, por intermédio dos(as) Promotores(as) infra-assinados(as), com fundamento nas disposições constitucionais e legais que garantem os direitos à saúde e à educação, e os(as) **CANDIDATOS(AS) A PREFEITOS(AS) DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM**, Sr. JOSÉ MARIA TAPAJÓS, o Sr. JUSCELINO KUBITSCHEK CAMPOS DE SOUZA, o Sr. HUGO ALEX CARNEIRO DINIZ, a Sra. IZABEL DE ALMEIDA SALES e o Sr. JARDEL LUIS CASTRO GUIMARÃES; DO **MUNICÍPIO DE BELTERRA**, o Sr. ULISSES JOSÉ MEDEIROS ALVES e o Sr. ANTONIO ROCHA; e **MUNICÍPIO DE MOJÚÍ DOS CAMPOS**, o Sr. JAILSON DA COSTA ALVES, e o Sr. MARCO ANTÔNIO MACHADO LIMA, doravante denominados “Candidatos(as)”, resolvem firmar o presente Pacto, tendo por **objeto a implementação e o fortalecimento de políticas públicas voltadas à garantia do direito à saúde e à educação, por parte dos candidatos, em sendo eleitos**, conforme os termos e condições estabelecidas a seguir:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é “instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”, segundo o disposto no artigo 127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, na forma do art. 129, inciso II, da Lei Maior;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 conferiu à **educação** e à **saúde** pública no Brasil o status de direito fundamental, previsto

no Título II- Dos Direitos e Garantias Fundamentais- Capítulo II - Dos Direitos Sociais (art. 6º da CF);

CONSIDERANDO que “compete aos Municípios prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população” (art. 30, VII, da CF) e que a execução dos serviços públicos de atendimento à saúde é realizada prioritariamente pelo Município, nos termos da Lei nº 8.080/90 (art. 18, I);

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 196 da CRFB/88, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 205 da CRFB/88, a educação é direito de todos e dever do Estado e da Família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO a Declaração Universal de Direitos Humanos, em que o Brasil é signatário preconiza que toda ser humano tem direito à saúde e à educação;

CONSIDERANDO que segundo o Enunciado 93, aprovado na VI Jornada de Direito da Saúde, “Nas demandas de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) por acesso a ações e serviços de saúde eletivos previstos nas políticas públicas, considera-se inefetiva essa política caso não existente prestador na rede própria, conveniada ou contratualizada, bem como a excessiva espera do paciente por tempo superior a 100 (cem) dias para consultas e exames, e de 180 (cento e oitenta) dias para cirurgias e tratamentos”;

CONSIDERANDO que neste ano, 2024, serão realizadas eleições municipais;

CONSIDERANDO a Resolução nº 009/2012-CPJ, de 28/06/2012, que confere ao 8º Cargo de Promotor de Justiça da Comarca de Santarém

atribuições nos procedimentos e processos judiciais e extrajudiciais, inclusive criminais, relativos à **educação** e à **saúde**, podendo atuar de forma autônoma ou conjuntamente com outras Promotorias de Justiça, com competência nos Municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos;

CONSIDERANDO o Procedimento Administrativo SAJ nº 09.2024.00003809-8, instaurado para “acompanhamento e efetivação de política pública focalizada na saúde e educação eficientes e inclusivas, dos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, Pacto a ser proposto aos candidatos a Prefeitos da eleição de 2024, visando aderência e assinatura, com compromisso de apresentações semestrais de relatórios demonstrativos dos avanços na execução do instrumento”;

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente pacto tem como objeto compromisso firmado pelos candidatos a Prefeitos(as), caso eleitos, em implementar ações e políticas públicas que visem à garantia e à promoção dos direitos à saúde e à educação nos município de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS CANDIDATOS

Os candidatos, ao assinarem o presente Pacto, comprometem-se a:

I. NA ÁREA DA SAÚDE:

a) Promover e garantir o acesso universal e gratuito aos serviços de saúde, conforme os princípios do SUS, garantindo a equidade e a integralidade no atendimento.

b) Ampliar o acesso a serviços de saúde de qualidade, com a construção e reforma de unidades básicas de saúde e hospitais, com dimensionamento pessoal adequado às normas e demandas existentes;

- c) Garantir o fornecimento regular de medicamentos e insumos para a população;
- d) Implementar programas de prevenção e promoção da saúde, com foco em doenças crônicas e em grupos vulneráveis;
- e) Assegurar a transparência no uso dos recursos destinados à saúde, bem como às filas de espera do SUS e do controle de estoque de medicamentos e insumos, promovendo o controle social.
- f) Fortalecer a atenção básica e a saúde da família;
- g) Valorizar os profissionais de saúde e garantir condições adequadas de trabalho;
- h) Desenvolver, a partir da identificação das necessidades da saúde da população, um processo de planejamento, regulação, programação pactuada e integrada da atenção à saúde, com monitoramento e avaliação contínua das políticas públicas;

II. NA ÁREA DA EDUCAÇÃO:

- a) Garantir o acesso universal à educação básica de qualidade, conforme previsto na LDB e na Constituição Federal;
- b) Ampliar o acesso à educação de qualidade, com a construção e reforma de escolas e creches e na oferta de materiais didáticos adequados, com dimensionamento pessoal adequado às normas e demandas existentes;
- c) Promover a capacitação contínua dos profissionais da educação, garantindo o desenvolvimento de metodologias pedagógicas que atendam às demandas locais.
- d) Ampliar o acesso à educação inclusiva, assegurando a integração de alunos com deficiência no ambiente escolar.
- e) Implementar programas de combate à evasão escolar e de melhoria dos indicadores de qualidade da educação.
- f) Garantir a oferta de vagas em creches e escolas de educação infantil;
- g) Implementar políticas de valorização dos profissionais da educação e investir em programas de formação continuada dos professores.
- h) Fortalecer a gestão democrática das escolas;

i) Adotar medidas para eliminar os obstáculos que limitam o acesso de crianças, adolescentes e adultos, além de adotar medidas adequadas para os estudantes especiais, indígenas e quilombolas à educação de qualidade, sem discriminação e intolerância correlata a que possam estar sujeitas;

j) Assegurar a Educação do Campo, a Educação Escolar Quilombola e Educação Escolar Indígena mediante a oferta de formação inicial, continuada, permanente, de profissionais da educação, a garantia de condições de infraestrutura, materiais didáticos, transporte escolar e alimentação escolar, respeitando a diversidade etnicocultural;

k) Desenvolver, a partir da identificação das necessidades educacionais da população, um processo de planejamento, cooperação interestucional com monitoramento e avaliação contínua das políticas públicas voltadas à práticas inclusivas, ao diálogo entre docentes e discentes e compromisso com o meio ambiente e democracia participativa.

III. INCLUIR AS AÇÕES PACTUADAS NO SEU PLANO DE GOVERNO, A PARTIR DAS SEGUINTE AÇÕES:

a) Estabelecer metas claras e indicadores para avaliar periodicamente o cumprimento das ações propostas;

b) Alocar recursos financeiros suficientes para a implementação das políticas de saúde e educação;

c) Promover a participação da sociedade civil na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas;

d) Prestar contas à sociedade sobre a execução das ações pactuadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público se compromete a acompanhar, monitorar, avaliar o cumprimento de metas deste pacto, visando assegurar, de forma integrativa, transparência e atendimento adequado, eficiente, em prazo razoável, e isonômico de usuários, no implemento e efetividade de políticas públicas

desenvolvidas nas áreas da saúde e educação, nos **municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos.**

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

Este Pacto terá vigência durante todo o mandato do prefeito(a) e poderá ser renovado ao final de cada gestão municipal.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Os compromissários elegem o foro da comarca de Santarém/PA para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes deste Pacto.

E, por estar assim de acordo com as disposições deste, os candidatos(as) a Prefeitos(as) dos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos firmam o presente Termo de Compromisso.

Santarém/PA, 30 de Setembro de 2024.

ANTONIO ROCHA
Candidato a Prefeito do Município de Belterra/PA

ÉVELIN STAEVIE DOS SANTOS
Promotora de Justiça

HUGO ALEX CARNEIRO DINIZ
Candidato a Prefeito do Município de Santarém/PA

IZABEL DE ALMEIDA SALES
Candidata a Prefeita do Município de Santarém/PA

JAILSON DA COSTA ALVES
Candidato a Prefeito do Município de Mojuí dos Campos/PA

JOSÉ MARIA TAPAJÓS
Candidato a Prefeito do Município de Santarém/PA

JUSCELINO KUBITSCHEK CAMPOS DE SOUZA
Candidato a Prefeito do Município de Santarém/PA

LARISSA BRASIL BRANDÃO
Promotora de Justiça

LILIAN REGINA BRAGA FURTADO
Promotora de Justiça

JOSÉ MARIA FERREIRA LIMA
Representando o Sr. MARCO ANTÔNIO MACHADO LIMA
Candidato a Prefeito do Município de Mojuí dos Campos/PA

MARIA RAIMUNDA DA SILVA TAVARES
Promotora de Justiça

DIMAIMA NAYARA SOUSA MOURA
Representando o Sr. ULISSES JOSÉ MEDEIROS
Candidato a Prefeito do Município de Belterra/PA

VINÍCIUS TOLEDO AUGUSTO
Defensor Público

VITOR VIEIRA ALVES
Procurador da República